

# Crime e eleição em São Paulo

Ricardo A. Setti \*

Uma praga terrível que se espalha pela periferia de São Paulo talvez seja hoje o principal problema de segurança pública na maior região metropolitana do país. Trata-se de um tipo de criminoso que se multiplica com velocidade diretamente proporcional à crise social que se alastra na esteira da incontável corrente migratória que transformou a Grande São Paulo num caldeirão de problemas. Esse tipo de criminoso acrescenta, às abominações dos delitos que comete, a terrível ironia contida em sua própria designação: *justiceiro*. Sob esta denominação que contém um quê de fidalguia escondem-se, na verdade, pistoleiros de aluguel, assassinos que massacram vítimas invariavelmente desarmadas, com uma dose de sadismo que desafia os especialistas no comportamento humano e em troca de dinheiro ou, às vezes, em troca de nada. Pior: a eliminação de pessoas tornou-se uma indústria, crescente e lucrativa, e chegou ao requinte de constituir atividade regular por trás da fachada legal de supostas "empresas de segurança".

Só em Diadema, 500 mil habitantes, o "D" da região industrial do ABCD paulista e a mais pobre das quatro cidades que a compõem, 114 pessoas foram assassinadas, na maior parte por essa gente, apenas nos quatro primeiros meses do ano. Numa única ação na semana passada, cinco jovens foram trucidados, três deles filhos da mesma mãe. Uma pesada e terrível lei do silêncio, uma *omertà* nos moldes da imposta pela Máfia italiana, tem impedido que os assassinos sejam identificados e presos. Embora os crimes tenham testemunhas e os matadores sejam conhecidos das pequenas comunidades de vilas e favelas, bastou a polícia aparecer para ser sempre a mesma história: ninguém viu ou ouviu nada, ninguém conhece ninguém, ninguém suspeita de ninguém.

Não é preciso detalhes de estatísticas e datas precisas para dar uma idéia resumida da gênese dessa história de horror. O fenômeno começou na década de 70, produzido pela omissão das autoridades diante da onda de crimes que infernizavam a vida dessas comunidades indefesas da periferia. Um ou



outro comerciante acabou tomando coragem e juntando-se a outros para eliminar ladrões ou assaltantes que reincidiam sem serem importunados pela polícia e continuavam tranquilamente a viver na mesma comunidade em que violavam a lei.

Essa "justiça" feita com as próprias mãos evoluiu para formas cada vez mais perversas de ação. Daí passou-se à cobrança de "proteção" de donos de vendas e de birosas. Muitas vezes ex-policiais ou mesmo pistoleiros acabaram juntando-se a tais grupos. Da eliminação de supostos criminosos passou-se ao assassinato de todo tipo de gente: criminosos de quadrilhas rivais, concorrentes de traficantes de tóxicos, jovens sem passagem pela polícia que, por alguma razão, desagradaram a alguém que revolveu pagar para se ver livre de desafetos. Não tardou a que o fenômeno chegasse ao estágio "profissional" de hoje: há empresas de segurança que se dedicam, na verdade, à "limpeza" de áreas e anunciam sem muitos rodeios seus serviços a clientes potenciais. Calcula-se que existam nada menos do que 200 grupos de *justiceiros* em ação apenas na região do ABCD, embora a periferia da cidade de São Paulo, propriamente dita, seja também terreno fértil de sua ação. Uma das poucas investigações feitas sobre o assunto está contida no recém-lançado livro *A guerra dos meninos*, do jornalista Gilberto Dimenstein, diretor da sucursal da *Folha de S. Paulo* em Brasília.

Um aspecto grave do problema é que a filosofia de sucessivos governos estaduais no combate à criminalidade não desestimulou, na melhor das hipóteses, este tipo de ação. A exceção foi o governo Franco Montoro (1983-1989), com o inconveniente de que uma deficiente, muitas vezes errônea e quase sempre ingênua forma de comunicação de uma política de direitos humanos na área da polícia acabou passando à população a idéia de que se tratava de privilegiar os bandidos. Não se quer dizer, naturalmente, que os governos têm sido coniventes com os assassinos, nem que não tenham tentado combatê-los.

Ocorre, porém, que certas afirmações na área de segurança pública são feitas sem a devida cautela. O virtual candidato do PMDB ao governo de São Paulo, por exemplo — o ex-secretário de Segurança Luís Antonio Fleury Filho —, é autor de uma declaração bombástica que pode ter o condão de tranquilizar o grosso da população, mas é perfeitamente passível de ser entendida erradamente por delinquentes. Segundo ele, direitos humanos seriam sobretudo direitos das "pessoas de bem".

Fleury, um homem dinâmico, que realizou um trabalho eficiente na polícia paulista e tem um retrospecto pessoal de decência e de correção, obviamente condena ações como a destes criminosos de aluguel. Mas declarações como esta sobre direitos humanos podem ser interpretadas por determinados grupos como um sinal de que, se é para agir contra supostos bandidos, a polícia vai ser mais compreensiva.

A questão dos *justiceiros* não se esgota, é claro, em filosofia. É incompreensível que problema tão grave venha merecendo proporcionalmente tão pouco empenho do governo estadual. É certo que a polícia paulista tem até um serviço especializado destinado a combater a praga. Mas é pouco. Tratando-se de uma situação exemplar — em que criminosos supostamente fazem justiça com suas próprias mãos —, o caso carrega uma gravidade adicional por sua carga terrível de símbolos negativos. O estado não pode, de forma alguma, numa sociedade democrática, abrir mão do monopólio da administração da ordem pública e da justiça, e o direito de o suspeito de um crime defender-se com advogado perante o judiciário é pedra basilar de um regime civilizado.

Assim sendo, o governo de São Paulo teria que investir o melhor de seus esforços no combate a este tipo de crime: treinar, até no exterior se for o caso, unidades especiais de policiais de elite, equipá-los com o que há de melhor em instrumental técnico de investigação, agir no judiciário para obter autorização legal para providências, como a escuta telefônica, infiltrar agentes treinados entre a população na busca de pistas, recorrer, se necessário, a convênios com a Polícia Federal ou outras instituições.

Não se pode negar que o governador Orestes Quércia tem investido pesadamente em segurança pública. Foi por isto — e também, é claro, por fatores como o agravamento da crise econômica —, que a segurança em São Paulo, que há três anos era a preocupação número 1 para quase 80% dos cidadãos ouvidos em pesquisas de opinião, hoje ocupa a mesma posição para menos de 20% das pessoas. Mas a questão dos *justiceiros* é um caso à parte — é gravíssima, e, se o governo não mudar energeticamente a postura que até aqui tem adotado a respeito, é legítimo que a consciência democrática de São Paulo a transforme em tema da campanha eleitoral, e, mesmo, cobre a conta do candidato Fleury.

\* Editor regional do JORNAL DO BRASIL em São Paulo